

Alunos são impedidos de estudar

Tássia, 11 anos, e Pedro, 10, tiveram que sair da sala de aula por estarem sem uniforme numa escola pública de Planaltina

Toda criança tem direito ao estudo, assim como o direito de ir e vir. Para a garota Tássia Barros dos Santos, 11 anos, o discurso não funcionou na prática. Tímida e sensível, ela sente vergonha de falar sobre o que aconteceu com ela e seu primo, Pedro Henrique Santos Leite (10 anos), no último dia 18. Como em todos os dias, os dois foram deixados pelos pais na porta do Centro de Ensino nº 1 de Planaltina (mais conhecido por Centrinho), onde fazem a 5ª série do primeiro grau. Ela, com a camisa do uniforme da escola e uma saia jeans xadrez. Ele vestindo calça jeans e camiseta, roupa que costuma passear com a família no final de semana.

A aula começou às 13h40. Poucos minutos depois, o casal foi chamado à diretoria para prestar esclarecimentos. "Eles queriam saber porque eu não estava com o uniforme da escola e também não tinha a carteirinha de identificação do aluno. Me deram um prazo para até o dia 27 comprar o uniforme e uma autorização para poder entrar na escola. Depois, me mandaram de volta para casa", lembrou Pedro Henrique.

O pai do estudante, o professor Washington Dias Leite, ficou indignado com o constrangimento que seu filho passou na escola. "Eles tiraram o meu filho de dentro de sala de aula, na frente dos coleguinhas, e fecharam o portão da escola na cara deles", reclamou.

Com Tássia, a história foi um pouco diferente, mas também resultou no retorno antecipado para casa. "Ela estava com uma saia da cor diferente da que eles pedem, mas tinha a carteirinha na mão e vestia a camisa da escola. Quando minha filha chegou em casa chorando, ela me contou que não tinham deixado ela assistir aula porque estava sem a roupa adequada", disse a mãe Patrícia dos Santos.

COMUNICATIVO

Ao ler ao primeiro informativo que os pais receberam da escola, Washington se sentiu na obrigação de comprar a camisa do colégio, que custa R\$ 9,00; a bermuda pelo mesmo preço e a carteirinha de identificação por R\$ 2,00. Em um de seus parágrafos, a circular dizia: "De acordo com o nosso regimento, o

aluno deverá estar uniformizado e portar a carteirinha da escola para que possa assistir às aulas... ambos serão exigidos a partir do dia 16 de março". A reação foi direta. "Que tipo de escola é essa que coloca para fora a criança que os pais não podem pagar o exigido ou não concordam em arcar com dívidas que não fizeram e nem assinaram? Afinal de contas, a escola é pública e gratuita", reclamou Washington.

O professor procurou se informar sobre o assunto. Segundo ele, a resolução normativa número 7/95 do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente diz que "nenhuma criança pode ser constrangida ou ter impedido o seu acesso às dependências escolares por falta do uniforme". O que os pais dos dois estudantes querem é que a diretoria seja responsabilizada por todo o constrangimento que seus filhos passaram. "Vou ao juiz fazer uma denúncia de discriminação e à Inspeção Educacional", antecipou Washington.

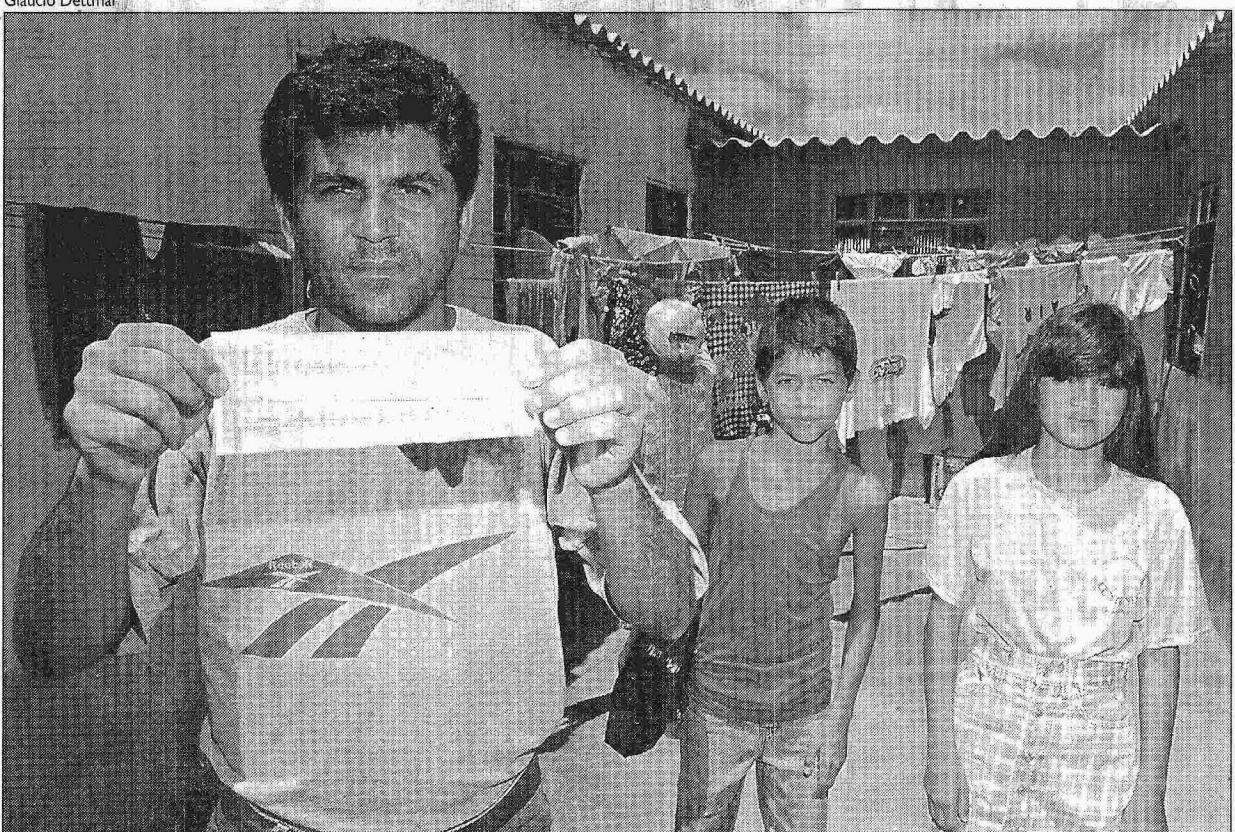
CONTROLE

A diretoria regional de ensino de Planaltina já tomou conhecimento do caso. "Conversamos com a escola. Ela nos disse que o filho de Washington sequer chegou a entrar no colégio no dia do episódio", comunicou a diretora Alaíde Oliveira do Nascimento. Segundo o que foi transmitido à ela pela diretoria do Centrinho, a escola fez, neste dia, um controle dos alunos que usavam ou não o uniforme. "À quem não tinham era dada uma autorização para a livre circulação dentro do estabelecimento de ensino", contou Alaíde.

Quanto ao valor de R\$ 2,00 cobrado pela carteirinha, a diretora da regional disse que a determinação do preço e a confecção do produto são feitas pela própria escola. "O que nós pedimos foi para que elas cobrassem o mínimo, como R\$ 0,50. Teve colégios que cobraram a mais porque fizeram tipo cartões magnéticos, mas nada que chegassem ao valor de R\$ 2,00", explicou Alaíde.

Ela esclarece que tanto a compra do uniforme quanto a da carteira não são obrigatórias. "A autorização dada pelas escolas pode ser prorrogada até o término do ano letivo e quem tem o uniforme do ano passado pode continuar a usá-lo", disse.

Glaucio Detmar



O professor Washington Leite, com Pedro e Tássia, mostra informativo que obriga alunos a comprarem uniforme